



## **AJUSTE DIRETO**

*(nos termos do Código dos Contratos Públicos)*

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO NO ÂMBITO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO  
TRABALHO**

### **ENTREGA DAS PROPOSTAS:**

**Até às 23:59 horas do 6º dia após envio do Convite**

O presente processo contém 22 páginas, devidamente numeradas

**O Vereador,**  
(Por delegação de competências  
Disp. Nº 6833 de 25/10/2021)

## **CONVITE**

### **01 ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é o Município de Torres Vedras, sito na Avenida 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, com os números de telefone 261310400 / 261310425.

### **02 DECISÃO DE CONTRATAR**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, a decisão de contratar foi proferida pelo Sr. Vereador **Nelson Laureano Oliveira Aniceto**, por despacho datado de 08/04/2025, no âmbito de competências delegadas pela Senhora Presidente, Eng.ª Laura Rodrigues, através do Despacho nº 6833 de 25/10/2021.

### **03 FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**

Adota-se o procedimento por ajuste direto, nos termos do disposto nos artigos n.ºs 16.º n.º 1 alínea a) e 20.º n.º 1 alínea d), ambos do CCP, na sua atual redação, dado o valor do contrato ser inferior a 20.000,00€.

### **04 OBJETO DO PROCEDIMENTO**

Pretende-se adquirir serviços de nutrição no âmbito da saúde e segurança no trabalho, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no caderno de encargos.

### **05 ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**

A competência para prestar esclarecimentos é do Sr. Vereador **Nelson Laureano Oliveira Aniceto**.

### **06 DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO AO PROCEDIMENTO**

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas, via “**Link**”, endereçado por e-mail pela plataforma **acinGov**, onde é feita a identificação da entidade adjudicante, aqui o “Município de Torres Vedras” e através do qual a entidade convidada poderá aceder às peças que constituem o presente procedimento, no seu ponto “**1. Peças do Procedimento**”.
2. O acesso ao procedimento via “**Link**” permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.

3. O acesso ao procedimento é gratuito não sendo necessário o registo normal na plataforma acinGov, nem selos temporais ou assinaturas eletrónicas.

## **07 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1. No **primeiro terço do prazo fixado** para a apresentação das propostas, o convidado pode solicitar, através do “**Link**” **enviado por e-mail**, no ponto “**3.pedidos de esclarecimentos**”, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e no mesmo prazo, deve apresentar, através do ponto “**2. erros e omissões**”, uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos estipulados no artigo 50.º do CCP.

2. Qualquer outra forma de apresentação não será considerada no âmbito do procedimento em curso.

3. Nos termos da Lei consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

4. **Até ao termo do segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para decisão de contratar presta os esclarecimentos solicitados decide sobre os erros e as omissões identificados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4.1 Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais, serão prestados, por escrito, através da plataforma AcinGov, e serão disponibilizados pelo “**Link**”, a que os interessados (convidado) têm acesso, nos termos estipulados no artigo 50.º do CCP.

5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pela entidade convidada, bem como a decisão prevista no n.º 5 do artigo 50º do CCP serão juntas às peças do presente procedimento e notificados às entidades convidadas.

## 08 DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta será constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Declaração** do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o **modelo** constante do **Anexo I**;
- b) **Declaração** de inexistência de impedimentos, elaborada em conformidade com o modelo constante em **Anexo A** ao presente Convite;
- c) **Proposta contendo o preço mensal**, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo B** do presente Convite;

2. **Deverá ser enviado com a proposta uma cópia da Certidão Permanente do Registo Comercial da Empresa** devidamente atualizada ou indicação do código de acesso para consulta (e procuração, se aplicável).

3. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

5. **Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar.**

## 09 IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

## 10 PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1 As propostas **devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 6.º dia** a contar da data de envio do presente convite.

2. A apresentação da proposta deverá ser efetuada via “**Link**”, no seu ponto “**5. Proposta**”.

3. A proposta considera-se apresentada no momento do seu envio eletrónico.

4. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

6. Para efetuar o carregamento da sua proposta, deve efetuar o download do ficheiro “**Formulário da Proposta**” onde pode consultar na folha “**Instruções**”, as regras a seguir.

## 11 PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta durante o prazo de 66 dias, contados da data limite para a sua entrega.

## 12 NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

## 13 ADIANTAMENTOS POR CONTA DO PREÇO

Não podem ser propostos adiantamentos por conta do preço contratual referentes aos serviços a prestar.

## 14 ANÁLISE DA PROPOSTA

1. A proposta será analisada em todos os seus atributos, termos ou condições.
2. A proposta será excluída caso revele qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º e n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

## 15 ADJUDICAÇÃO

Caso a proposta cumpra com todos os parâmetros indicados no convite e no caderno de encargos e nada implique a sua exclusão, a adjudicação será efetuada imediatamente.

## 16 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deverá apresentar, via “**Link**” e carregando-os no seu ponto “**9. Documentos de Habilitação**”, no prazo de 5 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos comprovativos a seguir elencados ou disponibilizar os respetivos códigos de acesso para a sua consulta online:
  - a) **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (**declaração de não impedimento**), conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Comprovativo de situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares da administração que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a

apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

**e) Comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE).**

**2.** Fixa-se o prazo de 2 dias úteis para supressão de qualquer irregularidade que possam apresentar os aludidos documentos.

## **17 CAUÇÃO**

Não será exigida caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, dado o preço contratual, ser inferior a € 500.000,00.

## **18 DADOS PESSOAIS**

Todos os dados pessoais a que o Município de Torres Vedras tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento e que sejam objeto de tratamento, encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), sendo aplicável todas as regras relativas à transparência e ao exercício dos direitos dos titulares dos dados.

## **19 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Ao presente procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e respetiva legislação regulamentadora.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e alínea a) do n.º 1 do ponto 7 do Convite]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1 )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2 ) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — **Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos**, que junta em anexo (ler a nota 3):

a) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4 )].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO A****Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do ponto 8 do Convite]

\_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da entidade<sup>1</sup>  
\_\_\_\_\_, com o NIF <sup>2</sup>\_\_\_\_\_, declara que a sua representada não se encontra abrangida pela previsão do número 3 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, não existindo, assim, qualquer causa de impedimento à sua contratação.

Mais declara, sob compromisso de honra, que a entidade representada não se encontrar impedida de receber o convite e de participar no presente procedimento, nos termos da previsão do n.º 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, não existindo, ainda, qualquer fator de impedimento à sua contratação, por força de entidades especialmente relacionadas consigo que pudessem estar impedidas de serem convidadas no mesmo procedimento pela entidade adjudicante.

**Nota:**

- A violação do disposto no n.º 6 do artigo 113.º do CCP constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do referido Código.

\_\_\_\_\_  
3

<sup>1</sup> Caso se trate de pessoa coletiva

<sup>2</sup> NIF da entidade representada

<sup>3</sup> Assinatura do representante legal



## ANEXO B

### Modelo de proposta

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do ponto 8 do Convite]

..... (1), contribuinte nº .....,  
depois de ter tomado conhecimento do procedimento por ajuste direto para a aquisição de  
....., a que se refere o convite enviado,  
obriga-se a fornecer os bens em conformidade com o estabelecido no Convite, Caderno de  
Encargos e os seus anexos, apresentando as seguintes condições:

- **O preço mensal** para a prestação do serviço objeto do contrato é de \_\_\_\_\_€ (em  
algarismos), ao qual acresce o IVA à taxa de \_\_\_\_\_% [ou isento de IVA ao  
abrigo \_\_\_\_\_ (indicar a norma legal)].

Aos valores apresentados acresce IVA à taxa de \_\_\_\_\_%

Mais declara que se compromete em tudo o que respeita à execução do presente contrato,  
aceitando integralmente e sem reservas o disposto no caderno de encargos e a cumprir o que  
se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

..... (2) (Data assinatura)

#### Notas:

- O preço mensal não pode violar o parâmetro base máximo definido em Caderno de Encargos,  
**sob pena de exclusão da proposta.**

(1) Indicar o nome e sede da entidade;

(2) Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **Capítulo I - Disposições gerais**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a **aquisição de serviços de nutrição no âmbito da saúde e segurança no trabalho**, de acordo com as especificações técnicas definidas no **Anexo C** do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3ª

#### **Preço base**

1. O preço base (valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela aquisição) é de **19.980,00 €**, acrescido de IVA, se a este houver lugar, definido com base no período de 12 meses e no preço mensal de 1.665,00 €, praticado em contrato anterior com igual objeto.
2. O preço mensal (1.665,00 €) usado para apurar o preço base, constitui o parâmetro base máximo do presente procedimento.
3. O preço base é o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela aquisição de serviços objeto do contrato.
4. Durante o prazo de execução do contrato não há lugar a revisão/atualização de preços.

### Cláusula 4ª

#### **Prazo de Vigência do Contrato**

1. O contrato inicia a sua vigência no dia seguinte à data da sua publicitação no portal dos contratos públicos (BaseGov) e mantém-se em vigor pelo prazo de 12 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato não prevê renovação do prazo, pelo que o MTV não assumirá quaisquer obrigações contratuais, nomeadamente para efeitos de pagamentos, referentes a serviços prestados pelo cocontratante para além do prazo de término do contrato.

## **Capítulo II - Obrigações contratuais**

### **Secção I**

#### **Obrigações do cocontratante**

##### **Subsecção I - Disposições gerais**

###### **Cláusula 5ª**

#### **Obrigações principais do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a) Executar os serviços objeto da presente contratação, os quais deverão cumprir o mencionado no Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência zelo e competência;
  - b) Garantir que a toda a equipa a afetar aos serviços objeto do contrato detêm formação específica para o efeito;
  - c) Prestar os serviços objeto do contrato de acordo com as especificações técnicas definidas no **Anexo C** do presente caderno de encargos;
  - d) Garantir todos os seguros, licenças e/ou autorizações previstas na legislação aplicável e inerentes à prestação dos serviços;
  - e) Obrigação de prestar os serviços, no prazo e local indicado na cláusula 7ª do presente caderno de encargos;
  - f) Disponibilizar todos os contatos: telefone e endereço de correio eletrónico, bem como de comunicar qualquer alteração aos mesmos, no prazo de 24 horas.
2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O cocontratante é também responsável perante o Município de Torres Vedras, por:

- Atos praticados por todas as pessoas que exerçam funções por sua conta, no âmbito do contrato a celebrar, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do próprio cocontratante;
- Danos e perdas de terceiros verificados por dolo ou negligência dos seus agentes, bem como pela indemnização ou compensação resultante.

#### Cláusula 6ª

##### **Forma de prestação do serviço**

Para o acompanhamento da execução do contrato, o cocontratante fica obrigado a manter comunicação com o contraente público, através de interlocutor a identificar após o ato de adjudicação, cabendo-lhe a gestão corrente do contrato celebrado, devendo alertar o contraente público de quaisquer circunstâncias anormais de execução contratual que venha a constatar.

#### Cláusula 7ª

##### **Prazo e Local de prestação do serviço**

1. O cocontratante deverá garantir a realização das consultas, sempre que solicitado pelo contraente público, no prazo máximo de 15 dias.
2. As consultas presenciais devem ocorrer nos gabinetes médicos do Município (no Centro Operacional Municipal (COM), na Rua da Várzea da Pacheca, Torres Vedras e nas instalações da “5ª Ementa”, no Mercado Municipal, Av. Ten-Cel. João Luís de Moura 17 Piso 2, mediante indicação da entidade adjudicante.

#### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### Cláusula 8ª

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 9ª

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### Subsecção III - **Proteção de dados pessoais**

#### Cláusula 10ª

##### **Disposições gerais**

1. Os dados pessoais conhecidos ao abrigo da presente contratação apenas podem ser objeto de tratamento pelo prestador de serviços para os efeitos estritamente necessários à finalidade exclusiva de prestar serviços de nutrição no âmbito da segurança e saúde no trabalho.

2. O cocontratante compromete-se, à luz do artigo 28.º do RGPD que os dados pessoais que lhe são transmitidos são sujeitos às medidas técnicas e organizativas adequadas a satisfazer os requisitos do referido regulamento comunitário, por forma a assegurar os direitos dos seus titulares, obrigando-se, designadamente a:

- a) Manter os dados pessoais objeto de tratamento estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo relativamente aos mesmos;
- b) Assegurar que o acesso aos dados pessoais ficará limitado aos casos em que se revele necessário para a execução da presente prestação de serviços, abstendo-se de os usar para fins diversos, em benefício próprio ou alheio, mesmo após a cessação das funções, exceto no caso do cumprimento de obrigações legais ou regulatórias;

- c) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos, adotando as medidas de segurança adequadas ao nível de risco, reconhecendo e aceitando desde já que deverão ser respeitadas as leis e regulamentos aplicáveis, designadamente em matéria de segurança das redes e dos sistemas informáticos;
  - d) Eliminar os dados pessoais transmitidos no prazo máximo de 1 mês após o termo da prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção dos documentos contabilísticos cujo arquivo seja obrigatório por prazo superior, nos termos da legislação fiscal aplicável;
  - e) Manter registos das atividades de tratamento de dados realizadas em nome do Município ao abrigo da presente prestação de serviços, de acordo com os requisitos previstos na lei;
  - f) Assegurar que o tratamento de dados previsto na presente prestação de serviços será efetuado apenas em Portugal, salvo exceções devidamente fundamentadas e com prévia autorização do Município;
  - g) Não contratar outro subcontratante para tratamento de dados pessoais no âmbito da presente prestação de serviços sem a autorização prévia e escrita do Município;
  - h) Colaborar com o Município, enquanto responsável pelo tratamento, por forma a permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício, por estes, dos seus direitos nos termos da lei, nomeadamente no que diz respeito aos direitos de acesso, retificação, apagamento/eliminação, oposição, limitação do tratamento ou portabilidade dos dados, comprometendo-se ainda a comunicar ao Município quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados;
  - i) Prestar assistência ao Município, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar as obrigações referentes à notificação de eventuais violações de dados pessoais, designadamente através da comunicação imediata àquele (e em qualquer caso nunca superior a 24 horas) de qualquer violação de dados pessoais que ocorra, colaborando ainda com vista à adoção de medidas de resposta ao incidente, investigação do mesmo e elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei;
  - j) Disponibilizar ao Município todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações decorrentes da lei, facilitando e contribuindo para eventuais auditorias levadas a cabo pelo mesmo ou por um terceiro por este mandatado.
3. O disposto na presente clausula manter-se-á em vigor após o termo da vigência do presente Contrato.

#### Subsecção IV - **Seguros**

##### Cláusula 11<sup>a</sup>

##### **Seguros**

1. O cocontratante deve encontrar-se coberto por um seguro de responsabilidade civil inerente ao objeto do contrato.
2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro referido no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo 2 dias.

#### **Secção II**

#### **Obrigações da entidade adjudicante**

##### Subsecção I - **Preço Contratual**

##### Cláusula 12<sup>a</sup>

##### **Preço Contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o MTV deve pagar ao cocontratante o preço mensal constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O contrato está limitado ao montante definido na cláusula 3<sup>a</sup>.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, bem como os relativos a deslocações e para local da realização dos serviços.

##### Cláusula 13<sup>a</sup>

##### **Condições de pagamento**

1. Os pagamentos respeitantes ao contrato são efetuados, mensalmente, de acordo com os serviços efetivamente prestados.



2. Para efeitos do número anterior, os pagamentos, são efetuados no prazo de 30 dias [conforme art.º 299.º do CCP], a contar da data da receção da fatura pelo contraente público, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Pelo cocontratante não pode ser proposto adiantamentos por conta dos serviços a efetuar.
4. As faturas devem ser enviadas, preferencialmente, em formato eletrónico. O operador EDI contrato pelo Município de Torres Vedras é a YET – Your Eletronic Transactions.

## **Subsecção II - Atualização de Preço**

### **Cláusula 14ª**

#### **Atualização de preço contratual**

O preço acordado não será atualizado, durante a vigência do contrato.

## **Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução**

### **Cláusula 15ª**

#### **Penalidades contratuais**

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Torres Vedras pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da sua gravidade, até ao máximo 20% do preço contratual.

### **Cláusula 16ª**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos da alínea anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente: circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham; greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados; determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais; incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem; eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

#### Cláusula 17ª

##### **Resolução por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP, o Município de Torres Vedras pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.

#### Cláusula 18ª

##### **Resolução por parte do cocontratante**

O cocontratante tem direito a resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

#### Cláusula 19ª

##### **Revogação do contrato**

1. Para efeitos de revogação do contrato, nos termos do art.º 332.º do CCP, o cocontratante deverá apresentar o pedido por escrito e devidamente fundamentado, com a antecedência mínima de 15 dias da data de produção dos seus efeitos.

2. O pedido indicado no número anterior deverá ser dirigido ao órgão competente e devidamente fundamentado.

## **Capítulo IV - Resolução de litígios**

### **Cláusula 20<sup>a</sup>**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo da área territorial da entidade adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V - Disposições finais**

### **Cláusula 21<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo cocontratante depende da autorização do MTV, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 22<sup>a</sup>**

#### **Comunicações e notificações**

1. Em sede de execução contratual, com exceção das situações em que a Lei exija uma formalidade especial, as notificações serão efetuadas, preferencialmente, por correio eletrónico com aviso de entrega ou carta registada.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 23<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 24<sup>a</sup>**

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## ANEXO C

### Especificações técnicas

(a que se refere o artigo 49º do CCP e a cláusula 1ª do Caderno de Encargos)

Os serviços de nutrição que se pretendem contratar deverão contemplar:

➤ Consultas

As consultas poderão ser presenciais e/ou *online*.

Na 1ª consulta deverá ser efetuado o diagnóstico da composição corporal do trabalhador e a avaliação do mesmo através da realização de pesagens, medições, conhecimento do histórico de saúde e hábitos alimentares, bem como a definição da estrutura de acompanhamento.

As consultas poderão ser marcadas pela USST ou diretamente pelo trabalhador (se forem online) e, para a primeira consulta, deverão ter uma duração média de 1 hora sendo que as consultas de acompanhamento devem apresentar uma duração média de 30 minutos.

O cocontratante terá de garantir 12 horas de consultas presenciais, por mês, sendo que poderão ser consideradas mais consultas consoante avaliação da necessidade e em articulação com a Nutricionista que realiza as consultas. As consultas extras devem ser acordadas e validadas com a equipa da USST.

As consultas serão realizadas entre as 8:30h e as 18:30h no Centro Operacional Municipal ou na 5ª Ementa, mediante indicação da USST.

➤ Consultas de avaliação antropométrica,

Deve ser garantida uma consulta em cada dois meses, por trabalhador, com duração média de 10 minutos. Neste contexto deve ser garantido a realização de pesagens, medições, conhecer o histórico de saúde alimentar do trabalhador, bem como, estruturar o acompanhamento do mesmo (presencial ou online).

➤ Showcooking

O cocontratante, deverá realizar 4 showcookings, *on line* com duração de 1 hora/cada, em datas a articular com o MTV, sendo que os conteúdos programáticos para cada um deles devem ser apresentados atempadamente ao MTV para validação.

Pretende-se que os temas a abordar sejam os seguintes:

1º *Showcooking* \_ “Lanches saudáveis para mandar para a escola”;

2º *Showcooking* \_ “Snacks antes e depois do desporto”;

- 3º *Showcooking* \_ “Marmitas Saudáveis”;
- 4º *Showcooking* \_ “Alimentação Vegetariana”.

Os *Showcooking* devem ser gravados pelo cocontratante e enviados ao MTV, no máximo 2 dias após a apresentação *on-line* do mesmo, para partilha com todos os funcionários.

➤ Workshops

Deverão ser realizados 4 workshops presenciais com duração de 1h30m/cada, mediante indicação do MTV, com no máximo 30 participantes e subordinados aos temas seguintes:

- 1º *Workshop* \_ “Empatia e Outros Ingredientes Secretos da Liderança”;
- 2º *Workshop* \_ “Empatia e Outros Ingredientes Secretos da Liderança”;
- 3º *Workshop* \_ “X alimentos X receitas”;
- 4º *Workshop* \_ “Refeição completa para receber amigos”;

➤ Newsletters mensais

O cocontratante deverá elaborar newsletters mensais, destinadas a todos os funcionários do MTV, como forma de complementar o aconselhamento nutricional, com conteúdos pertinentes na área da nutrição.

As temáticas a abordar devem ser as seguintes:

- 1º *Newsletter* \_ “O poder das leguminosas”;
- 2º *Newsletter* \_ “Alimentação sustentável”;
- 3º *Newsletter* \_ “Refeições saudáveis na praia”;
- 4º *Newsletter* \_ “Hidratação no verão”;
- 5º *Newsletter* \_ “Snacks nutritivos para viagens e passeios”;
- 6º *Newsletter* \_ “Voltar à rotina”;
- 7º *Newsletter* \_ “Sabores de outono”;
- 8º *Newsletter* \_ “Alimentação saudável nas festas de Natal”;
- 9º *Newsletter* \_ “Imunidade”;
- 10º *Newsletter* \_ “Metas saudáveis para 2025”;
- 11º *Newsletter* \_ “Como manter a energia durante a folia?”;
- 12º *Newsletter* \_ “Uma dose de amor à mesa”.

O cocontratante deve disponibilizar um portal de agendamento, através do acesso a um *link* e/ou QR Code, a todos os funcionários inscritos neste projeto, permitindo o contato com os nutricionistas e verificação da evolução nutricional individualmente.

O cocontratante deve disponibilizar **um Portal exclusivo dedicado**, através de uma aplicação móvel (APP) compatível com sistema IOS, Android e com possibilidade de emparelhamento com alguns ginásios, devendo permitir a visualização individual do programa nutricional assim como a seleção do nutricionista que irá acompanhar o funcionário, podendo este ser alterado a qualquer momento do programa.

Ao longo da vigência do presente contrato devem ser garantidos **2 Dias Abertos**, um em cada seis meses, em datas e horários a acordar com o MTV, sendo que cada um deles deve ocorrer nas instalações do COM e nas instalações do Edifício Multisserviços da Câmara Municipal (Av. 5 de Outubro – TVD).

O pedido de alteração, por parte do colaborador, do nutricionista inicialmente escolhido/atribuído, deve ser permitido, sem quaisquer custos adicionais.

O cocontratante deve realizar relatórios mensais a enviar à USST, com informação das consultas efetuadas, colaboradores aderentes e desistências.